

RESENHA

SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Mânica. **Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. 760 p.

Giuseppe Tosi^()*

*recebido: 12/2016
aprovado: 12/2016*

É com grande satisfação que vou fazer a resenha desta obra que acaba de sair e que vem preencher uma grande lacuna no panorama editorial brasileiro, por vários motivos.

Porque trata dos direitos humanos (DH). Há um fenômeno bastante paradoxal no Brasil e na América Latina em relação aos DH. Estão sendo atacados com violência e virulência na opinião pública e os militantes vilipendiados cotidianamente nos meios de comunicação. Quantas vezes escutamos dizer nos programas de rádio ou televisão, nos jornais e revistas, nas redes sociais: “Os direitos humanos só defendem bandidos” ou “os direitos humanos valem somente para os humanos direitos”. É um discurso já sedimentado na opinião pública, que é muito difícil desconstruir. A Enciclopédia vem em boa hora para mostrar, ao contrário, a relevância histórica, conceitual, moral, jurídica, política dos direitos humanos, que são um fator de civilização e de progresso moral e político da humanidade (como diria Bobbio leitor de Kant).

Porque possui um enfoque latino-americano. Mesmo os que acreditam (como eu) que os DH são tendencialmente universais, sabem muito bem que universalidade não significa uniformidade, mas respeito do pluralismo e da diferença. Cada cultura e cada povo, mas também cada grupo e classe social, declina os DH a partir da sua história e da sua condição social. Nós latino-americanos temos nossa maneira de interpretar os direitos humanos; por exemplo, considerando os direitos econômicos, sociais e culturais, como ontologicamente prioritários num continente marcado por profundas desigualdades sociais e preconceitos de gênero, de cor, de etnia, de religião. O que não significa deixar de lutar pelos direitos civis e políticos. O enfoque latino-americano é assim extremamente importante a fim de que os DHs não façam parte somente do arcabouço jurídico e político, mas da cultura latino-americana, firmando raízes na sua história, na sua arte, nos seus sistemas de educação, nos meios de comunicação, na vida cotidiana dos latino-americanos.

^(*) Doutor em Filosofia. Professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania E Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Contato: pinuccio@uol.com.br

Porque a Enciclopédia está escrita na perspectiva da filosofia da libertação latino-americana, o que permite um enfoque comum apesar da variedade dos temas e constitui um eixo temático que articula todos os verbetes e as mais diferentes áreas. Apesar do crescimento da bibliografia latino-americana sobre os DH, o enfoque hegemônico é ainda muito eurocêntrico e marcadamente ocidental. A história dos DH é complexa, ambígua, ao mesmo tempo de emancipação e opressão, de inclusão e de exclusão, eurocêntrica e cosmopolita, universal e particular. Por isso, o “nosso” lugar, enquanto latino-americanos, neste processo é o olhar “de baixo”, dos excluídos, das vítimas. Esta é a contribuição da Enciclopédia para uma reconstrução da história dos DH menos unilateral e simplista do que geralmente aparece nos manuais, que apresentam a seguinte trajetória: iniciam desde a *Magna Charta Libertatum* da Inglaterra do século XIII, passando pela Revolução Gloriosa Inglesa do Século XVII, até a Revolução Americana e Francesa do Século XVIII para concluir finalmente com a Declaração Universal das Nações Unidas do Século XX. A Europa e o Ocidente aparecem, assim, como o espaço onde se forja a emancipação humana; e o resto do mundo constitui o agente passivo, marginal, o “outro” que não é “descoberto”, mas “encoberto” como afirma Enrique Dussel, e recebe o verbo dos direitos humanos do Ocidente civilizado. A Enciclopédia procura tornar mais complexa esta história, mostrando o outro lado da moeda: as guerras imperialistas, o colonialismo, a escravidão, a exploração dos recursos e do trabalho, as trocas desiguais, o subdesenvolvimento, a globalização financeira, o neoliberalismo, etc.

Porque é uma obra multidisciplinar, que conta com a contribuição de eminentes especialistas e estudiosos de várias áreas do conhecimento e de vários países da América Latina: um imenso trabalho coletivo, que favorece a integração cultural latino-americana tão importante quando a integração econômica e política, que aliás está indo muito devagar.

Para não dizer que “só falei das flores”, me permito fazer algumas críticas e sugestões para as próximas edições que com certeza serão necessárias.

Há um certo desequilíbrio entre os verbetes, alguns são bem estruturados e desenvolvidos outros são apenas esboçados; nem todos os verbetes desenvolvem o enfoque latino-americano e faltam alguns verbetes que eu considero essenciais numa obra deste tipo. Só vou dar alguns exemplos.

Falta o verbete sobre **jusnaturalismo moderno**, que é fundamental para entender o surgimento dos direitos “burgueses” ou direitos de liberdade: estado de natureza, direitos naturais, pacto social, Estado civil, soberania popular, são conceitos fundamentais que legitimam e ao mesmo tempo são produtos das revoluções burguesas modernas. Mas seria importante também

um verbete sobre o **jusnaturalismo antigo e medieval** nos quais se fincam as raízes ancestrais, míticas e teológicas dos direitos humanos.

Embora haja um verbete sobre marxismo na América Latina, falta um sobre **Marxismo e DH**; uma relação conflituosa, a partir da *Questão Judaica* de Marx até os nossos dias, que mereceria ser enfrentada de forma mais sistemática, incluindo o debate dos marxistas latino-americanos sobre o tema. Uma das hipóteses que levanto nos meus estudos é que, na América Latina, os movimentos da esquerda, hegemonzados pelo marxismo, nunca acreditaram no valor “estratégico” e não meramente “tático” dos direitos “burgueses” ou “formais” para a construção do socialismo. Esta desconfiança e ambiguidade foi dissipada somente pela experiência trágica da brutal violação dos direitos civis e políticos dos opositores à ditadura, quando setores da esquerda começaram a reconhecer o “valor universal” dos direitos humanos e da democracia. Esses temas mereceria ser mais debatidos.

Apesar do verbete sobre educação popular e direitos humanos, falta um verbete específico sobre **Educação em e para os DH** que, a partir da transição para a democracia está se firmando como um campo de estudos com conteúdos e metodologias próprias. No Brasil, por exemplo, os DH fazem parte dos parâmetros curriculares desde o ensino fundamental até o ensino superior, definidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Plano Nacional de Educação em DH. Uma especial atenção mereceria o estudo dos DH na Universidade (o verbete sobre o tema é pouco desenvolvido), e em particular na pós-graduação *lato e stricto sensu*. Os DH são hoje uma área consolidada na CAPES e nos grupos de pesquisa do CNPq e existem vários mestrados disciplinares e interdisciplinares no Brasil e em vários países da América Latina. E o momento está propício para a criação de uma rede latino-americana de pós-graduação em direitos humanos. Este tema também mereceria um aprofundamento¹.

Falta também um verbete sobre **Justiça de Transição** na América Latina. Este tema é relevante para a história dos DH no continente, porque, conforme afirmam vários estudiosos, foi na luta contra a ditadura que surgiu e se consolidou a linguagem, a teoria e a prática dos DH na América Latina, através das organizações da sociedade civil de resistência como os Centros de Educação Popular, os Centros de Defesa dos DH, as Comissões de Justiça e Paz. Esta história mereceria um registro na Enciclopédia².

¹ A esse respeito me permito assinalar o livro: TOSI, G. et alii (org.) *Cultura e Educação em Direitos Humanos na América Latina*. João Pessoa, Editora UFPB, 2014, 510p. Este e outros livros sobre Direitos Humanos podem ser encontrado no site do Núcleo de Cidadania e DH da UFPB em formato PDF ou e-book: <www.cchla.ufpb.br/ncdh> (livros).

² No site acima indicado há vários livros sobre este tema, em particular os 4 volumes dos anais do Tribunal Russel II realizado em Roma nos anos setenta do século passado, que tratam da violação aos direitos humanos em vários países da América Latina.

Faltam também outros verbetes específicos sobre a fraternidade e os direitos de solidariedade (ou de terceira geração), sobre feminismo e DH, sobre multiculturalismo, sobre o fundamentalismo religioso, sobre DH e estado de exceção, sobre bioética, sobre a questão penitenciária e mais em geral sobre a relação entre a segurança pública e os DH (o que acontece quando o Estado é o violador dos DH?), etc., mas uma enciclopédia como esta é uma obra aberta que vai ser continuamente aprimorada e atualizada.

Recomendo a leitura desta obra, escrita de forma clara e didática, sem perder profundidade, e que já é, pelo seu pioneirismo, uma referência indispensável para todos os que atuam na área, dentro e fora da Academia: vou logo recomendá-la para todos os meus alunos e colegas da UFPB e dos programas afins.

Finalizo parabenizando os organizadores e os autores pelo enorme trabalho que deve ter dado a organização de uma obra deste vulto, mas também pela grande satisfação de ter dado uma contribuição fundamental para que os DHs se tornem sempre mais parte da nossa maneira de ver e de viver o mundo e de construir uma *latinoamérica*, uma *Pátria Grande* sempre mais integrada, livre, justa e solidária.

João Pessoa, dezembro de 2016
68 anos da Declaração Universal dos DH da ONU